

ENTRAR, PERMANECER E
TRANSFORMAR A
UNIVERSIDADE!



RESOLUÇÕES

Ouro Preto, 09, 10 e 11 de Maio de 2014





Carta de Ouro Preto

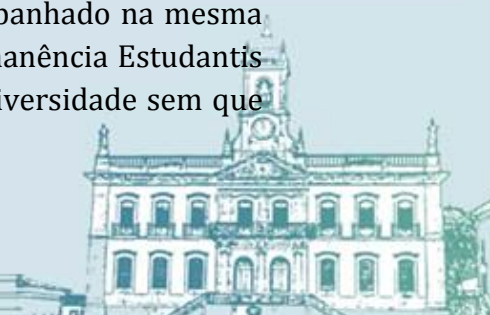
“Entrar, permanecer e transformar a Universidade!”

Às vésperas da votação do Plano Nacional de Educação (PNE), na qual está em disputa os rumos da próxima década da educação brasileira, estudantes de norte a sul do Brasil se reuniram em Ouro Preto para debater a nova realidade do ensino superior brasileiro e formular, a partir desta, uma agenda para superar os atuais obstáculos que dificultam a permanência dos/as estudantes nas Universidades. Para isso é necessário, antes de mais nada, mais investimento na educação pública e na assistência estudantil, a fim de resguardar nossos direitos. Por isso ratificamos a importância da aprovação dos 10% do PIB para a Educação Pública, no atual PNE, para avançarmos nas transformações e construir a universidade dos nossos sonhos.

A última década foi de constante transformação no ensino superior brasileiro que só ocorreu por conta do aumento dos investimentos em educação e a realização de programas e ações que ampliaram o acesso à Universidade Pública e Privada no Brasil. A consequência desta expansão foi a inclusão de um conjunto de populações historicamente excluídas do ambiente acadêmico, principalmente a classe trabalhadora, a população negra e os/as estudantes de origem de escola pública. Tudo isso foi um avanço, mas obviamente, o ensino superior brasileiro ainda está longe daquele que sonhamos: público, popular, democrático, emancipador, transformador e com acesso a todos e todas.

As políticas públicas que priorizam o recorte social começaram a mudar a cara e a cor das Universidades, o que alterou sua composição social. No entanto, tais políticas não são suficientes para transformar a estrutura antidemocrática, opressora e excludente dessas instituições. Que ainda seguem o modelo institucionalizado pela Ditadura Militar. Por esta razão, a UNE busca dialogar e formular sobre as demandas e anseios destes novos estudantes, trabalhadoras e trabalhadores, seus filhos e filhas e todos os que ingressaram nas Instituições de Ensino Superior (IES) nos últimos anos, de modo que todos estejam envolvidos na luta pela superação do modelo conservador e tecnicista de universidade.

A expansão universitária vem constituindo uma parte da política de democratização das IES, pois amplia o acesso ao ensino superior. Contudo, traz como consequência a demanda por mais recursos, hoje insuficientes para garantir a permanência com qualidade desse ou dessa estudante. Isso porque o investimento que aumenta o número de vagas, não vem acompanhado na mesma proporção de investimentos em políticas de Assistência e Permanência Estudantis para que o/a estudante de origem popular se mantenha na Universidade sem que





tenha que fazer dupla ou tripla jornada todos os dias enquanto está cursando um ensino superior.

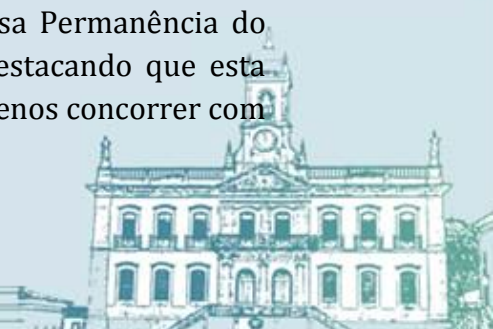
O que assistimos em nosso cotidiano são estudantes que enfrentam dificuldades, às vezes intransponíveis, para levar seus estudos adiante e viver plenamente a Universidade. Temos em muitas Universidades públicas e muito mais nas privadas, problemas com a falta de moradia estudantil ou auxílio-moradia e ausência da política de creches, o que afeta principalmente as mulheres estudantes. Além disso, as universidades ainda enfrentam problemas nas políticas de alimentação, transporte, suporte pedagógico e tecnológico, acompanhamento psicossocial, entre outros.

Para enfrentar essas situações foi criado o Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, que é hoje a principal política existente. Conquistado pelo conjunto dos/as estudantes e pela UNE em 2008, o Plano tem como uma das principais finalidades “democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública”. O PNAES vai para além das condições básicas de moradia e alimentação, colocando o transporte, a atenção à saúde, a inclusão digital, a cultura, esporte, o acesso à creche e apoio pedagógico como ações necessárias para a garantia da permanência do/a estudante na universidade. Além disso, este programa marca um salto na compreensão da assistência estudantil como um direito dos/as estudantes e não um favor da universidade.

Contudo, a implementação do Plano vem sendo limitada, principalmente por que os recursos atualmente destinados a ele não dão conta de garantir sequer as demandas básicas de moradia e alimentação. Ou seja, pouco consegue atingir os demais eixos a que seu projeto se propõe. Além disso, falta mais participação e controle social, democracia e transparência na sua implementação nas universidades. Para superar estas limitações é necessário tanto ampliar significativamente o financiamento, como também criar instrumentos onde os/as estudantes participem paritariamente da elaboração e das decisões acerca da assistência estudantil. A UNE reivindica a aplicação de 2,5 bilhões para o PNAES.

Além do PNAES outra política conquistada nestes últimos anos foi o programa Bolsa Permanência - PBP. Este consiste na “concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas”. No entanto é concedido apenas para os/as estudantes daqueles cursos considerados integrais, ou seja, com a carga horária superior a 5.000 horas. Estas condições limitaram drasticamente o número de beneficiados, de tal maneira que pouquíssimos/as estudantes têm acesso.

Por isso defendemos a reformulação do Programa Bolsa Permanência do MEC, retirando-lhe a exigência da carga horária. Primeiro, destacando que esta bolsa não pode substituir o direito a outros benefícios, muito menos concorrer com





aquilo que se propõe a ser o PNAES, que é e deve continuar sendo a principal política de assistência estudantil do país. Em relação às Universidades Privadas é necessário criar políticas de permanência que envolva todas as esferas do poder público, com a criação de praças universitárias com acesso a cultura, esporte, moradia e restaurante universitário, e também aperfeiçoar o atual programa de Bolsa Permanência para estudantes do PROUNI através do PL 7480/14, que retira os critérios de carga horária e garante o direito plenamente aos/as estudantes que precisam.

Tais questões estão diretamente ligadas à luta pela garantia de políticas específicas de permanência para os/as estudantes cotistas. Tais políticas devem possibilitar que os/as cotistas tenham condições de viver tudo o que o ambiente acadêmico e a Universidade oferece, numa perspectiva emancipatória, bem como estimular a diversidade sociocultural trazida por eles/as.

Mas se nas Universidades Públicas, a assistência estudantil carece de mais investimentos, democracia, obras e mecanismos de inclusão social, nas instituições privadas de ensino, elas ainda não existem, nem minimamente. Os/as estudantes de IES privadas, que hoje representam mais de 70% das matrículas em todo o ensino superior, não têm direito à moradia, à alimentação de qualidade e subsidiada, a auxílio-transporte e recursos de permanência.

É ainda mais urgente a criação de políticas de assistência para os/as estudantes PROUNISTAS e do FIES. Como as instituições privadas não possuem instrumentos de manutenção, os/as beneficiados pelos programas acabam tendo que conciliar os estudos com as jornadas de trabalho, algo que torna quase inviável a dedicação à Universidade.

As mulheres, hoje maioria nas universidades, são também maioria nos índices de evasão – isto porque precisam trabalhar para estudar e acumulam três ou quatro jornadas de trabalho, diante de um papel atribuído às mulheres na divisão sexual do trabalho de compromisso com as tarefas do cuidado. Isto se reverbera para negros e negras, LGBTQs e pessoas com deficiência. Por esta razão, estas categorias sociais devem ser as protagonistas na formulação de um projeto de assistência estudantil que contemple as suas necessidades e transforme radicalmente o modelo de universidade.

A Universidade só será popular e transformadora, quando existirem as condições necessárias para a permanência desses/as estudantes. Fazer isso é criar condições de financiamento, apoio pedagógico e psicossocial para usufruir e viver o cotidiano da vida universitária com um ensino de qualidade e que seja sócio-referenciado.

Só assim a pesquisa ocorrerá com liberdade e será orientada à emancipação. Além disso, só estas condições tornarão possível haver um ambiente





em que os/as estudantes reflitam a fim de formular um projeto progressista, popular, cooperativo e integrador de Brasil e da América Latina, bem como que tornar a extensão um espaço para a produção do conhecimento entre a população urbana e a do campo. Por fim, a Assistência Estudantil que defendemos tem que ter vivência universitária, cultura, esporte e lazer, já que só assim é possível ao/a estudante despertar sua consciência crítica e aprender a conviver com os/as diferentes e os/as iguais.

Apenas quando a Assistência Estudantil conseguir suprir todas estas demandas é que nossos sonhos e utopias caberão no horizonte!

Universidade Federal de Ouro Preto,

Cidade de Ouro Preto, 10 de maio de 2014.





Encaminhamentos dos GTs e Mesas de Debates

Entrar, Permanecer e Disputar a Concepção das Políticas de Assistência e Permanência Estudantil!

O Plano Nacional de Assistência Estudantil simboliza um marco na concepção de assistência e permanência nas universidades. Primeiro, por que vai à contramão do viés assistencialista que permeia assistência estudantil como favor, passando a ser compreendida como um conjunto de direitos a serem garantidos por meio de políticas governamentais. Segundo, por que o PNAES coloca a assistência estudantil para além da garantia das necessidades mais elementares de moradia, alimentação e transporte para uma concepção ampliada que inclui o acesso a cultura, a inclusão digital, apoio pedagógico, saúde e esporte e lazer como direitos necessários para que os estudantes possam ter uma formação plena e vivenciar o cotidiano da universidade.

Contudo, a implementação do PNAES é deficitária e limitada. Essa limitação decorre principalmente da ausência de recursos, visto que o financiamento atual sequer da conta de suprir as demandas mais elementares de moradia e alimentação. Inclusive, em 2014, houve um corte nesses recursos que já eram insuficientes.

A ampliação de vagas nas universidades através do REUNI e do PROUNI não veio acompanhada de financiamento adequado para a garantia plena da permanência estudantil. Isso significa que, hoje, a falta de políticas de assistência estudantil é a pior mazela da aplicação destes programas para o conjunto dos estudantes – especialmente para cotistas.

Nós estudantes, reunidos no III Seminário de Assistência Estudantil, defendemos a ampliação emergencial dos recursos para a assistência estudantil para 2,5 bilhões, valor já definido pela comissão avaliadora composta pelo MEC, UNE e sindicatos, após a greve das universidades federais de 2012. . Este recurso deve ser destinado para a implementação do PNAES no sentido de fazer com que este Plano saia do papel e seja efetivado nas universidades e na realidade dos e das estudantes, levando em consideração as peculiaridades e diversidade de demandas levantadas.

Assim faz-se necessário uma concepção avançada de Assistência Estudantil em que esta esteja articulada ao processo educativo e atrelada ao tripé ensino, pesquisa e extensão e inserida na práxis universitária. Neste sentido, o estudante





beneficiado não deve ser confundido com mão de obra barata nas universidades ou como instrumento de precarização do trabalho nas instituições de ensino.

A UNE se coloca contrária à utilização de recursos do PNAES para o pagamento de bolsas de assessoria administrativa nas universidades. Somos contrários à utilização dos estudantes bolsistas como substituição aos servidores técnicos. Pois, estudante nenhum pode servir como tapa furo da falta de técnicos administrativos. Tais bolsas devem ser convertidas em bolsas de ensino, pesquisa e extensão ou bolsas vinculadas ao processo educativo conforme dispõe o próprio PNAES. Outro pressuposto fundamental é que tanto a aplicação das verbas destinadas à assistência estudantil quanto sua fiscalização, sejam transparentes para serem acompanhadas pelo movimento estudantil em conselhos democráticos e paritários dentro da instituição.

Ademais, é preciso fortalecer institucionalmente as ações e políticas de permanência, com a criação de órgãos específicos como Pró-Reitorias de Assistência Estudantil, responsáveis pela execução de Planos de Assistência Estudantil debatidos amplamente em cada universidade.

Precisamos aprofundar nossas formulações sobre a concepção de Assistência Estudantil que defendemos. Levantamos algumas questões que consideramos centrais nesse debate.

Primeiro: muitas vezes as políticas de Assistência e Permanência são vistas como gestos de bondade para com os pobres e carentes. Esta concepção marcou o início das políticas de Assistência e caducou, pois apenas considera condições econômicas individuais. A Assistência deve ser entendida como um direito dos estudantes e uma obrigação das instituições e dos governos, traduzida em políticas coletivas, universais e necessárias para a autonomia e equidade de condições, considerando os aspectos sociais, culturais e econômicos dos beneficiados. Assim, é fundamental para uma relação emancipatória entre o estudante e sua Universidade, que o empodere também para transformá-la.

Segundo: existe uma distinção da forma de implantação das Políticas de Assistência, que podemos classificar como permanentes ou como transitórias. As políticas permanentes são as Residências Universitárias, Creches, Restaurantes, aquisição de ônibus e demais meios de transporte e etc. Em outras palavras, são aquelas de caráter definitivo e indireto, incorporadas à estrutura física e acadêmica das instituições. Já as políticas caracterizadas como transitórias são aquelas que se concretizam por meio do fornecimento de bolsas e auxílios. Aqui estão os auxílios/bolsas moradia, transporte, alimentação, auxílio permanência e etc. São transitórias porque estão vinculadas aos sujeitos de maneira direta e se encerram quando estes deixam as Instituições, ou seja, elas variam no tempo.





Estas duas formas de implantação da política de Assistência Estudantil - a permanente e a transitória - têm sido executadas concorrentemente, causando impactos distintos no conjunto das políticas. Além disso, os estudantes são impedidos de acumular bolsas permanência junto a bolsas de pesquisa ou extensão, por exemplo. Permanecer na universidade é um direito de todo estudante e que não pode impedir o financiamento do tripé ensino-pesquisa-extensão.

Especialmente após a aprovação do REUNI e do PNAES, estas duas formas têm sido executadas concorrentemente, causando impactos distintos no conjunto das políticas.

Basta se perguntar qual o impacto da concessão das bolsas moradia no valor dos aluguéis das pequenas e médias cidades, percebe-se um impacto negativo, gerando uma especulação imobiliária e reforçando uma perspectiva mercadológica diante de um direito. Diante das medidas imediatas e paliativas, como bolsa aluguel e aluguel de casas pelas universidades, não podemos perder o horizonte da construção de residências universitárias pelas universidades.

Para nós, não há contradição na existência de formas distintas de políticas de Assistência, pois as necessidades são distintas. Mas queremos discutir e ter influência nas decisões de quais políticas serão mais eficientes e eficazes em cada realidade.

Debater concepção é uma tarefa imprescindível para o conjunto dos estudantes. Ela nos fornece munição para fazer as lutas nesta disputa permanente entre os que querem mais e os que querem muito mais: uma Universidade Democrática, Popular e Transformadora.

Garantir a igualdade de oportunidades na perspectiva de entende-as como um direito social deve ser o papel do Estado. Por isso, lutaremos para desengavetar e aprovar o projeto de lei nº 1018/99, que trata da Política Nacional de Moradia Estudantil. Essa política nacional deve ser construída de forma a complementar as verbas do PNAES e garantir direitos aos estudantes que necessitam da moradia universitária.

Nesse sentido, defendemos:

- Que os recursos das Pró-Reitorias de extensão sejam transparentes e que se tenha critérios para a disponibilização de recursos as entidades estudantis;
- Que os recursos oriundos do PNAES e os que tenham como finalidade a Assistência Estudantil nas IES, tenham orçamento participativo com paridade nas decisões sobre o destino do recurso, em relação aos estudantes;





Que as Universidades implantem imediatamente um plano de acessibilidade para os estudantes com necessidades especiais;

- Que as Pró-Reitorias possuam câmaras de gestão eleitas democraticamente e com paridade em relação à representação das categorias estudantis e técnico-administrativas e de gênero;
- Que as bolsas permanências sejam ampliadas para todos os estudantes das IES e que o requisito de carga horária mínima seja revisto, pois é preciso haver o financiamento da permanência dos estudantes para que ele tenha tempo de vivenciar a universidade e atuar no ensino, pesquisa e extensão;
- Que as eleições para conselhos superiores, câmaras técnicas, conselhos de departamento e colegiado, sejam pela eleição direta;
- Que os Institutos Federais de Educação tenham uma política universalizada de Assistência Estudantil para que todos os Campi consigam ter uniformidade de políticas, financiamento, ações e bolsas para todos os estudantes;
- Pela construção de bandeirão em todos os Campi, com 3 refeições diárias e ampliação dos horários de funcionamento com abertura no final de semana; residências estudantis gratuitas em todas as universidades; Laboratórios de informática em todos os campi e rede Wi-Fi livre; divisão de atendimento à saúde em todos os campi;
- Por políticas de permanência específica para as mulheres estudantes; construção de creches para filhos/as de estudantes e trabalhadores/as; pela garantia de moradia em residência universitária para mães estudantes;
- Pelo fim da contrapartida trabalho e fim do impedimento de acumulação de bolsas;
- Aplicação imediata de 10% do PIB na educação pública e de 2,5 bilhões para uma política de permanência estudantil universal;
- Que a UNE agregue valor na elaboração da política de assistência estudantil junto ao FONAPRACE;
- Que haja uma maior contratação de servidores para a área de assistência estudantil nas universidades federais e que estes sejam habilitados para tratar das especificidades dos estudantes, tais como política de creches, segurança, moradia, etc;
- Que a logística de alimentação dos restaurantes universitários tenha servidores do quadro próprio da universidade e não de trabalhadores terceirizados;





Que seja garantido o que trata o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), quanto à política de alimentação dos restaurantes universitários, de modo a garantir produtos advindos da agricultura familiar, dos assentamentos e de produção agroecológica, que estimule o desenvolvimento do pequeno produtor local.

Entrar, Permanecer e Democratizar a Universidade Privada!

Com assistência estudantil para Prounista e estudantes do FIES!

Acreditamos que a educação é um direito de todos e todas e um dever do Estado. Por isso a democratização do ensino também no acesso e na permanência dos estudantes, sempre foram eixos importantes para que a educação tenha um fator de desenvolvimento com emancipação social. A Universidade é estratégica para o desenvolvimento do país e o fortalecimento do seu caráter público é fundamental para que a educação superior brasileira possa produzir conhecimento e fazer pesquisa e extensão favoráveis à soberania da nação e independentes de interesses externos ou individuais.

Nos últimos anos o número de estudantes do ensino superior privado cresceu significativamente. As Instituições de Ensino Superior (IES) privadas se expandiram sem uma regulamentação do Poder Público. A consequência disso é um processo de desnacionalização e financeirização das Universidades privadas, que a partir de uma visão mercadológica, atinge nossa soberania e restringe os direitos dos estudantes.

É preciso derrotar essa lógica através de uma regulamentação que resguarde os direitos dos estudantes; proíba a presença do capital estrangeiro nas IES privadas; dite regras claras sobre fusão e compra das Instituições a partir de parâmetros pedagógicos e não meramente econômicos, como o Conselho de Avaliação do Desenvolvimento Econômico (CADE) já faz atualmente em relação às negociações no sistema financeiro e econômico. Nesse sentido o PL 4372/12, que cria o Instituto Nacional de Avaliação e Supervisão do Ensino Superior (INSAES), representa um avanço na regulamentação desse segmento, pois insere o Poder Público diretamente nas questões relacionadas ao ensino superior privado com a finalidade de regulamenta-la e garantir a sua qualidade.

Durante esse período, programas como o PROUNI e o FIES promoveram uma grande inclusão de estudantes de baixa renda às universidades privadas, que





tem como consequência o aumento da demanda por políticas de permanência, que salvo raras exceções, não há qualquer tipo de Assistência Estudantil. Assim, os beneficiados por esses programas acabam tendo que conciliar os estudos com sua jornada de trabalho, algo que torna muito difícil a dedicação plena para os estudos e a Universidade, tornando a evasão um caminho mais corriqueiro para os estudantes nessa situação. Dificuldades socioeconômicas, em especial a pressão para entrar no mercado de trabalho, são as principais causas da evasão dos estudantes universitários, que chega à taxa de 40% ao ano.

É importante assinalar que em um contexto de extrema desregulamentação do ensino superior privado, como é o brasileiro, faz-se necessário a criação de um sistema de assistência estudantil para os estudantes do PROUNI e do FIES, com a garantia de restaurantes, transporte, moradias universitárias e materiais necessários aos cursos, com recursos orçamentários próprios. Também é fundamental instituir programa de bolsas permanência e apoio pedagógico, pois apenas o pagamento das mensalidades não garante a permanência e o sucesso acadêmico, e sem as condições qualificadas para sua permanência, os estudantes não têm a oportunidade de viver plenamente à universidade.

Também é fundamental instituir programa de bolsas permanência e apoio pedagógico, pois apenas o pagamento das mensalidades não garante a permanência e o sucesso acadêmico, e sem as condições qualificadas para sua permanência, os estudantes não têm a oportunidade de viver plenamente à universidade.

Por isso defendemos:

- Criação de um fundo financiado pelas universidades privadas, que sirva como financiamento para a assistência estudantil dos estudantes Prounistas e do FIES;
- Aprovação do PL 4372/12 INSAES;
- Aprovação do PL7489/14, que destina para cada estudante do PROUNI uma bolsa de permanência, sem critérios de carga-horária e para todos os cursos.
- Lutar pela criação de Praças Universitárias, a partir do investimento de todas as esferas do poder público, para garantir acesso a cultura, esporte, moradia e restaurante universitário em áreas de grande concentração de estudantes.

**Entrar, Permanecer e Transformar a Universidade
Pública!**





Porque “tá na hora dessa gente bronzada mostrar seu valor”!

Há 12 anos o povo brasileiro tem avançado e muito, quando a discussão é a igualdade entre todos os brasileiros e de todas as raças. Mas 2012 foi um ano muito importante para a luta pela igualdade racial no Brasil. Desde esta época, temos uma lei, sancionada pela Presidenta Dilma, que obriga que todas as universidades públicas de federais a reservar ao menos 50% de suas vagas de novos estudantes para aqueles que possuam origem na escola pública, sendo uma parte destas, para alunos afrodescendentes. A expansão de vagas através do Reuni e o novo modelo de acesso através do SISU, fizeram com que o número de vagas duplicasse, o que possibilitou que muitas e muitos jovens – pela primeira vez na história de suas famílias – estudassem numa universidade pública.

Mas ainda temos muito que avançar! Com essa nova realidade, somam-se velhos problemas e novos desafios. A permanência dos cotistas e sua emancipação na universidade não estão garantidas. Principalmente quando o assunto é raça, onde historicamente, a população negra sofre duplamente - com a falta de renda e a cor da sua pele.

Por isso, a política de permanência estudantil, precisa garantir igualdade de condições e oportunidades para os estudantes de origem negra e popular vivenciar plenamente a Universidade e o espaço acadêmico para que ele seja protagonista de sua história e tenha tempo para pensar um novo modelo de educação e de Universidade. Por isso, vamos lutar pela ampliação da Bolsa Permanência MEC - retirando o critério da carga horária mínima e ampliando para todos os cotistas -, e por outras políticas específicas para cotistas, que valorizem a diversidade sociocultural por eles trazidas, incidindo sobre os marcos do Ensino, da Pesquisa e da Extensão.

Precisamos construir uma educação referenciada nessas novas realidades, mudar a lógica de produção do conhecimento, superando o tecnicismo, para afiarmos a universidade como ferramenta transformadora da sociedade. Chegou à hora de o nosso povo entrar na Universidade e fazer valer esta reparação, nos organizando para transformar as estruturas ainda excludentes e conservadoras da Universidade.

Por isso defendemos:





A criação de Núcleos de estudos afrodescendentes em todas as universidades, incluindo as universidades particulares que ainda constroem o debate étnico-racial;

- Políticas de acesso e permanência a estudantes negros e negras, tendo em vista o tratamento dado pela universidade a eles, que ainda carecerem de maior atenção para combater a evasão;
- Política de avaliação do sistema de cotas sociais e raciais em todas as universidades em que ele foi implantado bem como no Sistema Nacional Vinculado ao MEC, de modo a haver participação das representações da comunidade acadêmica com a finalidade de se avaliar a política de reserva de vagas.

ENTRAR, PERMANECER E COMBATER O RACISMO, HOMOFOBIA E MACHISMO NAS UNIVERSIDADES

Na ultima década tivemos uma ampliação do acesso a universidade, proporcionando que o ensino superior seja viável para uma parcela maior da juventude, porém, inda estamos caminhando na construção da universidade que queremos, pública, gratuita, democrática e popular.

Essa democratização da universidade proporciona uma diversidade muito maior de sujeitos.

Nós mulheres, negras e negros, indígenas, gays, lésbicas, transexuais, transgêneros universitários/as e militantes da União Nacional dos Estudantes reafirmamos o compromisso na luta contra o racismo, o machismo, a homofobia, lesbofobia e transfobia.

Todos os dias, em nossas universidade, nos deparamos com essas opressões. Com as cotas raciais temos um grande avanço na democratização da entrada no ensino superior, porém historicamente as universidades são espaços tradicionalmente brancos, fazendo com que negros e negras sejam reprimidos desde seu ingresso, com trotes racistas, até o preconceito dentro das salas de aula. Na UFMG, recentemente tivemos uma caloura amarrada e chamada de Xica da Silva e também na USP uma aluna de medicina foi impedida de entrar na universidade mesmo com apresentação de carteirinha de identificação.

As mulheres também sofrem essa opressão com os trotes machistas, sendo obrigadas por seus veteranos a simulações de atos sexuais, e tendo seus corpos mercantilizados em concursos como Miss Bixete, que aconteceu na UFSCAR.





Muitos casos de estupro são relatados em festas de república, naturalizando e culpabilizando as vítimas desse crime.

Além da hierarquia que se impõe entre professores e alunas, configurando uma relação de poder que permite a esses professores assediarem sexualmente suas alunas sem sofrerem consequências.

O Brasil é o país com maior índice de homofobia e transfobia, sendo que 48% dos crimes homo-transfóbicos do mundo ocorrem aqui. Lésbicas, transexuais e homossexuais são diariamente discriminados e discriminadas pelo seu sexo, orientação sexual e pela sua identidade de gênero. Além disso, o acesso a universidade ainda não contempla transexuais e transgêneros, uma educação que os/as inclua é negado desde o ensino básico. E institucionalmente não há reconhecimento de seus nomes sociais, acreditamos que seja compromisso da UNE discutir e lutar pela aprovação da P1 122, que criminaliza a homofonia, e P1 5002, que garanta o direito ao nome social, lutando por mais políticas públicas para mulheres lésbicas, homossexuais e transexuais, colorindo nossas universidades.

Sabemos que todos esses casos não são isolados e pontuais, e sim refletem o sistema patriarcal e capitalista que estruturam nossas universidades desde sua fundação, colocando-as de forma antidemocrática e opressoras, trazendo grandes resquícios da ditadura militar.

Reivindicamos políticas de permanência para esses sujeitos. Como moradia estudantil para a mulheres mães e a população LGBT. Também a implementação de creches que garantam a possibilitem a autonomia de mulheres mães, e diminuam o índice de evasão universitária. Assim como, a institucionalização de Ouvidorias de denúncia e combate a opressões. A garantia do direito do uso do nome social por mulheres e homens transexuais dentro da Universidade.

Lutaremos pela construção de uma universidade feminista e popular, que combata as opressões no seu cotidiano, em cada CA, DA e DCE.





Campanha Nacional

O III Seminário Nacional de Assistência Estudantil da UNE lança a campanha permanente da entidade para o ano de 2014. A execução desta campanha terá um caráter distinto daquelas que a antecederam. O objetivo é incorporar entidades de representação dos Estados (UEEs), das Universidades (DCEs) e do movimento estudantil de área (Executivas e Federações de cursos) que tenham interesse em compor um Grupo de Trabalho que irá desempenhar as atividades da campanha.

A coordenação deste GT será feita pela diretoria de Assistência Estudantil da UNE, que buscará garantir as condições para que os membros possam manter contato permanente; articular reuniões periódicas; elaborar os materiais iniciais da campanha; manter a interlocução entre os diversos movimentos e entidades como FONAPRACE, ANDES, ANDIFES, e etc.

As entidades que desejarem se incorporar ao GT e que não estiveram presentes no Seminário devem enviar um e-mail para a diretoria de Assistência Estudantil da UNE indicando nominalmente um representante, preferencialmente com a Ata de reunião que aprovou a indicação.

Os eixos centrais da Campanha foram debatidos em Oficinas Operativas, abordando os temas das Relações étnico raciais, Mulheres, Apoio Pedagógico, Alimentação, Moradia, Cultura, Esporte e Lazer. O resultado dessas oficinas serão sistematizados e apresentados na primeira reunião do GT, para que sejam definidos os métodos e as formas de execução de cada um deles.

